



REQUERIMENTO Nº 409/IX(3a) - AC
 30 de Novembro de 2004.

Francisco Madeira Lopes

Assunto: **Castro do Vieito – Freguesia de Perre (Concelho de Viana do Castelo)**

Apresentado por: **Deputado Francisco Madeira Lopes (PEV)**

O Castro do Vieito, situado na Freguesia de Perre (Concelho de Viana do Castelo), constitui um importante e relevante património histórico, arqueológico e cultural de inestimável valor que urge preservar.

Situado no contexto dum importante conjunto de castros do Alto Minho, este povoado fortificado da idade do ferro e do período romano, também designado como Alto do Muro, possuía três ordens de muralhas, no interior das quais se encontra uma pequena gruta natural chamada de Cova dos Mouros. O seu relevo e importância cultural destacam-se, não só pela quantidade e qualidade dos achados que ali ocorrem, pela substancial área que ocupa ou pelas peculiares características que apresenta, mas também pelo património tradicional do imaginário popular de transmissão oral, associado a este lugar, como atestam as várias lendas que referem a existência de um tesouro no local ou as relações entre os castros do Vieito e do Calvário.

Identificado em 29 de Agosto de 1954 e constando actualmente da lista Thesaurus do Instituto Português de Arqueologia (IPA), constitui este Castro, necessariamente, uma mais-valia a ter em conta no panorama do turismo cultural, mormente quando decorre, no presente momento, a candidatura internacional dos povoados castrejos do Noroeste Peninsular à classificação como Património da Humanidade pela UNESCO.

Infelizmente, este valioso património encontra-se ameaçado de destruição eminente em, praticamente, toda a sua área pela construção do lanço Viana do Castelo – Riba de Âncora da A28/IC1.

Com efeito, apesar do Castro do Vieito constar, quer da carta Arqueológica e do PDM do Concelho, quer do próprio Estudo de Impacto Ambiental da referida estrutura viária, a verdade é que, a manter-se o actual traçado previsto, a sua destruição é inevitável.

Para se ter chegado a esta situação extremamente grave e preocupante não terá sido, certamente, indiferente o facto de que o referido Estudo de Impacto não ter sido facultado à Junta de Freguesia de Perre, desconhecendo-se, inclusivamente, se chegou a estar acessível (e nesse caso, em que local) para consulta pública.

Preocupados com esta situação estão, não só os eleitos locais na Junta e Assembleia de Freguesia de Perre, como vários cidadãos a título individual, defendendo-se como alternativa possível e desejável o desvio em apenas cerca de 20 metros do traçado, para a vertente nascente da elevação. Este desvio, ou qualquer outra alteração no actual projecto e no actual traçado que permitam salvaguardar o património em causa, apesar de poder, eventualmente, atrasar a obra por necessitar de novo Estudo de Impacto, de acordo com o argumento apresentado pelo Instituto de Estradas de Portugal (IEP), não deve deixar de ser equacionado, mesmo que tal opção não permita a conclusão da obra A28/IC1 e sua desejada inauguração no próximo ano de 2005. O interesse da salvaguarda do património histórico-cultural deve impor-se para que não se perca para sempre.

Atento o supra exposto, venho, nos termos da alínea e) do artigo 156º da Constituição e da alínea l) do nº1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia da República, requerer ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações**; o esclarecimento das seguintes questões:

- 1- Quais foram as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental realizado sobre o lanço Viana do Castelo – Riba de Âncora da A28/IC1 no que toca aos efeitos que teria sobre o Castro de Vieito?
- 2- Em que período, em que locais e com que divulgação esteve o referido Estudo de Impacto Ambiental disponível para consulta pública?
- 3- Considera este Ministério e este Governo que a inauguração do referido troço da A28/IC1 no mais curto prazo possível se sobrepõe à preservação do património milenar constituído pelo Castro do Vieito que se encontra em risco de perder para sempre?
- 4- Está o Governo disponível para estudar este problema e equacionar soluções alternativas ao referido traçado?
- 5- Que medidas tenciona tomar este Governo no sentido de impedir esta destruição de património nacional?

O Deputado
Francisco Madeira Lopes

